

## BASE AÉREA DE ANÁPOLIS

## Estudo Técnico Preliminar 52/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 67281.003994/2026-25

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade fundamenta-se na missão institucional de promover o apoio à Guarnição de Aeronáutica de Anápolis (GUARNAE-AN). O problema a ser resolvido é a inexistência de pessoal capacitado, especializado e disponível no Esquadrão de Infraestrutura (EIE) da Base Aérea de Anápolis (BAAN) no planejamento, promoção e execução de eventos de grande magnitude.

2.2. A contratação visa atender às diretrizes do PCA 11-47/2024 (Plano Estratégico 2024-2033) e do PCA 11-242/2026 (Plano Setorial 2026-2029), que orientam o fortalecimento da imagem institucional da FAB, a valorização do civismo e a integração com a sociedade civil por meio do evento "Portões Abertos 2026". Além disso, o evento cumpre um papel social relevante através da arrecadação de alimentos e agasalhos para instituições filantrópicas locais.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Esquadrão de Comando da BAAN (EC)	Roberto Rosa de Lima Ten Cel QOE TTC

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O bem imóvel trata-se de lote único de espaço, composto por frações que totaliza uma área de 13.321,72 m<sup>2</sup> (treze mil, trezentos e vinte e um e setenta e dois metros quadrados), divididas em 06 (seis) áreas menores, conforme croqui em anexo, sendo 03(três) áreas ao ar livre, não edificadas, não cobertas, não pavimentadas, mas gramada, localizadas na Área Operacional, e outras 03 (três) áreas cobertas, edificadas e pavimentadas, localizadas dentro e nas laterais do hangar nº 2 do Grupo Logístico da BAAN.

4.1.1. Certifica-se que o objeto da presente contratação (planejamento, organização e execução de eventos) caracteriza-se como atividade material acessória e instrumental aos assuntos de competência do Comando da Aeronáutica, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021

4.2. O imóvel, destinado à Permissão de uso, a título oneroso, de bens imóveis de Domínio da União, terá a exclusiva finalidade de atender à atividade "Portões Abertos da BAAN 2026" visando promover os eventos socioculturais que integram a sociedade Anapolina e Região com esta Organização Militar.

4.3. Além do valor correspondente à permissão de uso a título oneroso, o PERMISSIONÁRIO deverá pagar a taxa de energia elétrica do consumo, taxa de água, esgoto, internet, taxa para vistoria do bombeiro, despesas com Serviços Públicos e demais custos decorrentes do período de montagem, desmontagem e dia do evento.

4.4. As taxas de consumo de água e energia elétrica do período serão medidas através de informações vindas de hidrômetros e medidor de energia, instalados pelo PERMISSIONÁRIO, sendo cobrada o consumo referente aos dias de montagem, desmontagem e dia do evento, conforme Laudo de Avaliação nº 001/SPI2026.

4.5. A exigência de qualificação técnica em licitação tem o objetivo de certificar que a empresa contratada possua a experiência e a capacidade operacional necessárias suficiente para executar o objeto da licitação de forma satisfatória. Essa medida visa proteger o interesse público, assegurando que o serviço ou bem licitado seja entregue com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos:

4.5.1. O PERMISSIONÁRIO deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL, comprovando que realizou evento para mais de 20 mil pessoas. Os Atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter o número de contrato que foi realizado o evento.

4.6. O PERMISSIONÁRIO deverá garantir a integridade das áreas a serem utilizadas.

4.7. O objeto a ser licitado deverá ser executado em restrita observância às especificações constantes neste documento.

4.8. O PERMISSIONÁRIO terá exclusividade na comercialização das áreas a serem cedidas, bem como na intermediação com os expositores, entretanto deverão ser cedidos 11 (onze) estandes básicos, espaçados entre si, com bancada, medindo 3,00 m X 2,00 m, montados nos locais indicados pela Comissão Organizadora do evento e 05 (cinco) estande medindo 6,00 m X 3,00 m, que ficarão à disposição da mesma. Os estandes deverão ser entregues prontos para uso e poderão ser utilizados para apoio e para a comercialização de produtos de divulgação das Organizações Militares da FAB.

4.9. O PERMISSIONÁRIO deverá fornecer 5 (cinco) tendas medindo 10,00m X 10,00m, 6 (seis) medindo 6,00m X 6,00m e 02 (duas) medindo 4,00 X 4,00m, para serem distribuídas nas áreas definidas pela Comissão Organizadora.

4.10. O PERMISSIONÁRIO deverá disponibilizar 500 (quinhentos ) jogos de mesa. Cada um com 4 (quatro) cadeiras, a serem distribuídos nas áreas coordenadas pela Comissão Organizadora.

4.11. O PERMISSIONÁRIO deverá disponibilizar mão de obra em quantidade adequada e com conhecimentos básicos necessários a fim de executar cada serviço de modo seguro e eficiente.

4.12. Toda infraestrutura deverá ser dimensionada baseando-se pelo público estimado em 60.000 (sessenta mil) pessoas.

4.13. É de responsabilidade exclusiva do PERMISSIONÁRIO o serviço de limpeza da área explorada ao longo das fases de montagem, desmontagem do evento e durante o evento.

4.14. No evento deverão ser disponibilizadas pelo PERMISSIONÁRIO, 40 (quarenta) cabines sanitárias masculinas, 40 (quarenta) cabines sanitárias femininas, mais 10 (dez) adaptadas pessoas com deficiência-PCD, sendo 05 (cinco) masculinas e 05 (cinco) femininas, a serem utilizados por todos os presentes de modo livre e gratuito.

4.15. As cabines sanitárias devem conter caixas coletoras com capacidade de no mínimo 227 (duzentos e vinte e sete) litros contendo vaso sanitário e mictório, piso antiderrapante, dispositivo de trinco com indicação livre/ocupado bem como o fornecimento do produto químico para a higienização, papel higiênico e demais suprimentos.

4.16. Os dejetos das caixas coletoras deverão ser retirados de forma que as cabines estejam sempre com as capacidades máxima disponíveis durante todo o evento.

4.17. A higienização e limpeza das cabines sanitárias deverão ser feitas 2 (duas) vezes, às 11h (onze horas) e as 14h (quatorze horas);

4.18. A distribuição das cabines sanitárias na área cedida deverá ser coordenada pela Comissão Organizadora.

4.19. O PERMISSIONÁRIO deverá, com antecedência de três dias antes do evento, disponibilizar 40 (quarenta) rádios VHF para comunicação dos colaboradores do evento, em coordenação com a Comissão Organizadora, os quais deverão seguir as seguintes especificações: rádio transceptor completo, tipo portátil, digital, 16 canais programáveis, bidirecional, potência de 5 watts, FAIXA DE FREQUÊNCIA EM VHF (136-174 MHZ), espaçamento de canal (2,5 KHZ/5 KHZ), bateria de íon lítio, alta capacidade 2250 MA, carregador bivolt, clip removível, antena VHF HELIFLEX, 136-174 MHZ - 15 cm, 02 botões programáveis, microfone e alto falante embutido, eliminador de ruído, algoritmos de criptografia admitidos (adp, aes, des-xl, des-ofb), capacidade de algoritmos de criptografia 8, homologado IEC6100-4-2 nível 3/ IEC60529 IP54/MIL-SPECS810 C,D,E,F com compressão de voz (X-PAND) especificação militar: 810 D, 810 E. Compatível com a família MOTOTRBO com manual, cabo e software de programação. Licença para IP SITE CONECT. Referência técnica: MOTOROLA DEP450 equivalente ou similar.

4.20. O evento deverá, de acordo com a quantidade de áreas locadas pelo PERMISSIONÁRIO contemplará a seguinte estrutura:

4.20.1. Período: 11 de Setembro de 2026 a 15 de Setembro de 2026;

4.20.2. Finalidade: Montagem de área coberta com tendas e estandes padronizados- Portões Abertos da BAAN 2026.

4.20.3. Local: Área operacional da BAAN e hangar nº 2 do Grupo Logístico.

4.20.4. Área total: 13.321,72 m² .

4.20.5. ÁREA A – Área coberta- 3.499,80 m² (três mil, quatrocentos e noventa e nove, e oitenta metros quadrados).

4.20.6. ÁREA B - Área não coberta- 300,00 m² (trezentos metros quadrados).

4.20.7. ÁREA C- Área coberta- 4.952,32 m² (quatro mil, novecentos e cinquenta e dois, e trinta e dois metros quadrados).

4.20.8. ÁREA D- Área coberta- 2.439,60 m<sup>2</sup> (dois mil, quatrocentos e trinta e nove, e sessenta metros quadrados).

4.20.9. ÁREA E- Área não coberta- 1.890,00 m<sup>2</sup> (mil oitocentos e noventa metros quadrados).

4.20.10. ÁREA F- Área não coberta- 240,00 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta metros quadrados).

4.21. Toda infra-estrutura deverá estar montada até um dia antes do início do evento e conforme estabelecido pela Comissão Organizadora do evento.

4.22. Toda infra-estrutura deverá ser desmontada 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento estabelecido pela Comissão Organizadora do evento, com a limpeza total da área cedida.

4.22.1. A montagem/ desmontagem deverá ser acompanhadas por um integrante designado pela permitente para fiscalizar os requisitos estabelecidos neste processo e todos os serviços para montagem/ desmontagem do evento devem obedecer às Instruções Técnicas (IT) do Corpo de Bombeiros.

4.23. É de responsabilidade exclusiva do PERMISSIONÁRIO assumir os ônus decorrentes de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, descarregamento, armazenagem seguro e demais encargos necessários à realização do evento, bem como as despesas decorrentes para o levantamento de documentos obrigatórios.

4.24. A descrição detalhada das áreas a serem cedidas e as disposições dos estandes (croqui), com as respectivas dimensões, seguirá em anexo no laudo de avaliação.

4.25. O preço de referência será elaborado por meio de uma avaliação específica da área para o fim a que se destina, constante no laudo de avaliação.

4.26. É vedada a cobrança de ingresso para a entrada no evento.

4.27. Será admitida a subcontratação do objeto Licitatório, não na totalidade, desde que consultada e autorizada pela PERMITENTE.

4.28. Correrá por exclusiva conta do PERMISSIONÁRIO a disponibilização e supervisão de mão de obra especializada e de todos os serviços, ainda que com fornecedores terceirizados, arcando com responsabilidades futuras que não estejam previstas no contrato, sendo de sua incumbência, inclusive financeira, quitar estas responsabilidades decorrentes, como demandas trabalhistas, previdenciárias, contratuais e outros similares, seja por cobrança amigável ou processos judiciais, no âmbito civil, trabalhista, previdenciário e criminal.

4.28.1. O PERMISSIONÁRIO deverá manter, obrigatoriamente, equipe técnica de prontidão (eletricistas e hidráulicos) e preposto no local durante todo o período do evento para assistência técnica imediata. Em caso de defeito ou instabilidade em quaisquer estruturas (tendas, geradores, estandes ou sanitários), a contratada deverá providenciar o reparo ou a substituição após a notificação, assegurando que tais medidas não interfiram no andamento do evento. Após a conclusão do reparo e/ou substituição, a comissão deverá ser devidamente comunicada.

4.29. O PERMISSIONÁRIO deverá apresentar em no máximo 15 (quinze) dias úteis antes da data de início da realização do evento, toda a programação da montagem de estruturas, estandes e equipamentos bem como os documentos relativos à prestação dos serviços, expositores, atrações sócio culturais e locações de estruturas, cabines sanitárias e equipamentos que serão necessários para o evento.

4.30. O PERMISSIONÁRIO deverá disponibilizar 3.500 (três mil e quinhentos) metros de gradil, que deverão ser distribuídos conforme orientação Comissão Organizadora do evento

4.31. O PERMISSIONÁRIO deverá disponibilizar um palco coberto e gradeado para o locutor com as seguintes dimensões 1,00 x 4,00 x 4,00m

4.32. O PERMISSIONÁRIO é responsável por qualquer dano ou prejuízo causado à BAAN, em decorrência da execução do objeto, incluindo-se, também os danos causados a terceiros a que título for; e

4.33. A data do evento poderá sofrer alteração por motivo de força maior; caso isto ocorra o PERMISSIONÁRIO será informado, o mais breve possível, pela Comissão Organizadora do evento, da nova data.

4.34. Disponibilizar ao cedente 300 cartazes medindo 85 cm x 60 cm com divulgação do evento.

4.35. O PERMISSIONÁRIO deverá disponibilizar 30 (trinta) recipientes de 200 (duzentos) litros para lixo orgânico na cor marrom e 30 (trinta) para lixo reciclável na cor verde, que será colocado na praça de alimentação;

4.36. O PERMISSIONÁRIO deverá disponibilizar 200 (duzentos) sacos reforçados para acomodar os lixos;

4.37. O PERMISSIONÁRIO deverá fornecer um estande fechado medindo 6,00 x 6,00 m, que será utilizado como FRALDÁRIO. Este espaço deverá atender as seguintes especificações: identificação, porta de acesso, local para higiene, móvel trocador, poltronas e cadeiras;

4.38. O PERMISSIONÁRIO será responsável pelas instalações de internet durante o evento, seguindo os seguintes parâmetros:

4.38.1. deixar dois profissionais disponível para o suporte técnico durante todo o evento;

4.38.2. fornecer dois links de internet, sendo um link para a área comercial e outro para a sala de autoridades;

4.38.3. o link da área comercial deverá cobrir toda a área dos estandes comerciais. No entanto, só deve ser liberado o acesso aos aplicativos e sites de que contemplam os serviços de transações financeiras, ou seja, as máquinas de cartão de crédito e os aplicativos de bancos tanto para os comerciantes quanto para os clientes. O link deve suportar 1.000 (mil) conexões simultâneas;

4.38.4. o link da sala das autoridades terá internet liberada e deve suportar até 200 (duzentas) conexões simultâneas;

4.39. O PERMISSIONÁRIO deverá assegurar que todas as pilhas e baterias utilizadas em equipamentos de comunicação (rádios VHF), sonorização ou ferramentas durante o evento Portões Abertos 2026 atendam aos limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 e da 8ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (Item 26), responsabilizando-se integralmente pela sua logística reversa e descarte adequado.

4.40. Como condicionante mandatória para a emissão provisória na posse e para a devolução final das frações de espaço cedidas, a Comissão Organizadora da BAAN e o preposto da permissionária deverão emitir e assinar conjuntamente o documento constante no Anexo I do Laudo de Vistoria Técnica e Termo de Recebimento de Área. Este instrumento registrará pormenorizadamente o estado físico de conservação das benfeitorias, pavimentos flexíveis, hangares e do Hangar nº 2 antes do início da montagem de estruturas, servindo de balizador obrigatório para que a contratada restitua a área perfeitamente limpa e sem avarias estruturais.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Em estrita observância à legislação vigente, o planejamento da contratação analisou as seguintes opções logísticas e metodológicas para a viabilização do evento "Portões Abertos 2026":

5.1.1. **a) Análise de Contratações Similares e Inovações:** Foram prospectados modelos de eventos similares realizados por outras Organizações Militares e entidades públicas, identificando-se que a solução de Permissão de Uso a Título Oneroso é a que melhor acomoda a complexidade logística necessária. Este modelo permite a incorporação de metodologias consolidadas de gestão de grandes públicos e sustentabilidade (como a separação de resíduos na fonte) sem custo direto para a União, sendo tecnicamente a solução mais robusta;

5.1.2. **b) Audiência ou Consulta Pública:** Devido à natureza recorrente do evento e ao mercado consolidado de empresas organizadoras em Anápolis e região, a prospecção foi realizada por meio de pesquisa direta documentada no Laudo de Avaliação Nº 001/SPI/2026. Foi dispensada a realização de audiência pública por não se tratar de objeto de complexidade tecnológica inédita ou específica que demandasse tais subsídios adicionais;

5.1.3. **c) Avaliação Custo-Benefício (Execução Direta x Terceirização):** Avaliou-se a possibilidade de execução direta pelo órgão. Todavia, a Base Aérea de Anápolis (BAAN) não possui pessoal capacitado e disponível especializado no planejamento e logística de eventos para um público estimado de 60.000 pessoas. A execução direta seria tecnicamente inviável e economicamente mais onerosa, dado o alto custo de aquisição e manutenção de infraestruturas que permaneceriam ociosas após o evento. Comparativamente, a Permissão Onerosa mostrou-se superior à locação de bens, pois desonera o orçamento público ao transferir integralmente para a contratada os riscos operacionais e o dever de prover toda a estrutura técnica via exploração comercial;

5.1.4. **d) Opções Logísticas Menos Onerosas (Doação e Permutas):** Considerou-se a possibilidade de chamamento público para doação. Contudo, a magnitude e os riscos envolvidos na montagem de infraestruturas metálicas e elétricas temporárias exigem rigorosa responsabilidade técnica (ART) e civil. Tais garantias só podem ser plenamente asseguradas por um contrato de permissão com empresa especializada, o que inviabiliza modelos de doação simples ou permutas desprovidas de cobertura securitária e técnica adequada.

5.2. Diante da análise das alternativas, a Permissão de Uso a Título Oneroso consolidou-se como a alternativa mais vantajosa e rentável para a Administração Pública. Este modelo maximiza a eficiência administrativa ao converter a ocupação de áreas da União em receita patrimonial, garantindo ao mesmo tempo a entrega de uma estrutura de alta qualidade para a sociedade civil sem o dispêndio de recursos orçamentários diretos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A Permissão de Uso a Título Oneroso, de Bens Imóveis de Domínio da União, de um lote único composto por frações de espaço que totalizam uma área de 13.321,72 m<sup>2</sup> (treze mil, trezentos e vinte e um, setenta e dois metros quadrados), sob a responsabilidade da BASE AÉREA DE ANÁPOLIS (BAAN), localizada na BR 414, Km 04, Anápolis-GO, distribuídas em seis frações de espaço, denominadas áreas menores, conforme será exposto no Laudo de Avaliação anexo ao processo, e descritas no Estudo Técnico Preliminar, destinadas

a exploração comercial por empresa especializada em planejamento, organização, promoção e execução de eventos, para atender às necessidades da BAAN, com a finalidade da realização do evento "Portões Abertos 2026".

6.1.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado em conformidade com o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133 /2021.

6.2. Trata-se de áreas para permissão de uso em área interna da BAAN. Área total do terreno a ser utilizado é de 13.321,72 m². Sendo divididas da seguinte maneira:

Área A: Área coberta hangaretes 3.499,80 m² (3 hangaretes).

Área B: Área não coberta 300,00 m² (próximo a SCOAN)

Área C: Área coberta hangar 4.952,32 m² (hangar 2).

Área D: Área coberta hangaretes 2.439,60 m² (2 hangaretes).

Área E: Área não coberta 1.890,00 m² (em frente ao laboratório de eletrônica).

Área F: Área não coberta 240,00 m² (ao lado da área E).

6.3. O Permissionário deverá providenciar pulseiras de identificação para: comerciantes, convidados, colaboradores e patrocinadores;

6.4. O Permissionário terá exclusividade na comercialização das áreas a serem cedidas, bem como na intermediação nas negociações com expositores, entretanto deverão ser cedidos 11 (onze) estandes básicos, espaçados entre si, com bancada medindo 3,00m x 2,00m, montados nos locais indicados pela Comissão Organizadora do evento e 05 (cinco) estande medindo 6,00m x 3,00m, que ficarão à disposição da mesma. Os estandes deverão ser entregues prontos para o uso e poderão ser utilizados para o apoio e para a comercialização de produtos de divulgação das Organizações Militares da FAB;

6.5. O Permissionário deverá fornecer 05 (cinco) tendas medindo 10,00m x 10,00 m, 06 (seis) medindo 6,00 m x 6,00 m, 02 (duas) medindo 4,00 x 4,00 m, para serem distribuídas nas áreas definidas pela Comissão Organizadora;

6.6. O Permissionário deverá disponibilizar 500 (quinhentos) jogos de mesa, cada um com 04 (quatro) cadeiras, a serem distribuídos nas áreas coordenadas pela Comissão Organizadora;

6.7. O Permissionário deverá disponibilizar para o público 05 (cinco) pontos com bebedouros elétricos, tipo industrial com filtro e 03 (três) torneiras. Pontos indicados no croqui;

6.8. O Permissionário deverá disponibilizar mão de obra em quantidade adequada e com conhecimentos básicos necessários a fim de executar cada serviço de modo seguro e eficiente;

6.9. Toda infra-estrutura deverá ser dimensionada baseando-se pelo público estimado em 60.000 (sessenta mil) pessoas;

6.10. É de responsabilidade exclusiva do Permissionário o serviço de limpeza ao longo das fases de montagem e desmontagem do evento;

6.11. No evento deverão ser disponibilizadas, pelo Permissionário, 40 (quarenta) cabines sanitárias masculinas, 40 (quarenta) cabines sanitárias femininas e mais 10 (dez) adaptadas para pessoas com deficiência-PcD, sendo 05 (cinco) masculinas e 05 (cinco) femininas a serem utilizados por todos os presentes de modo livre e gratuito;

6.12. As cabines sanitárias devem conter caixas coletoras com capacidade de no mínimo 227 (duzentos e vinte e sete) litros contendo vaso sanitário e mictório, piso antiderrapante, dispositivo de trinco com indicação livre/ocupado, bem como o fornecimento do produto químico para a higienização, papel higiênico e demais suplementos;

6.13. Os dejetos das caixas coletoras deverão ser retirados de forma que as cabines estejam sempre com as capacidades máximas disponíveis durante todo o evento;

6.14. A higienização e limpeza das cabines sanitárias, responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, deverão ser feitas 2 (duas) vezes (no dia do evento) às 11:00h e 14:00h;

6.15. A distribuição das cabines sanitárias na área cedida deverá ser coordenada pela Comissão Organizadora;

6.16. O Permissionário deverá, com antecedência de três dias antes do evento, disponibilizar 40 (quarenta) rádios VHF para comunicação dos colaboradores do evento, em coordenação com a Comissão Organizadora, os quais deverão seguir as seguintes especificações: rádio transceptor completo, tipo portátil, digital, 16 canais programáveis, bidirecional, potência de 5 watts, FAIXA DE FREQUÊNCIA EM VHF (136-174 MHZ), espaçamento de canal (2,5 KHZ /5 KHZ), bateria de íon lítio, alta capacidade 2250 MA, carregador bivolt, clip removível, antena VHF HELIFLEX, 136-174 MHZ 15 cm, 02 botões programáveis, microfone e alto falante embutido, eliminador de ruído, algoritmos de criptografia admitidos (adp, aes, des-xl, des-ofb), capacidade de algoritmos de criptografia 8, homologado IEC6100-4- 2 nível 3/ IEC60529 IP54/MIL-SPECS810 C,D,E,F com compressão de voz (X-PAND) especificação militar: 810 D, 810 E. Compatível com a família MOTOTRBO com manual, cabo e software de programação. Licença para IP SITE CONNECT. Referência técnica: MOTOROLA DEP450 equivalente ou similar;

- 6.17. Disponibilizar ao cedente 300 cartazes medindo 85 cm x 60 cm com divulgação do evento;
- 6.18. O Permissionário deverá disponibilizar 30 (trinta) recipientes de 200 (duzentos) litros para lixo orgânico na cor marrom e 30 (trinta) para lixo reciclável na cor verde, que será colocado na praça de alimentação;
- 6.19. O Permissionário deverá disponibilizar 200 (duzentos) sacos reforçados para acomodar os lixos;
- 6.20. O Permissionário deverá fornecer um estande fechado medindo 6,00 x 6,00 m, que será utilizado como FRALDÁRIO. Este espaço deverá atender as seguintes especificações: identificação, porta de acesso, local para higiene, móvel trocador, poltronas e cadeiras;
- 6.21. O Permissionário será responsável pelas instalações de internet durante o evento, seguindo os seguintes parâmetros:
- 6.21.1. deixar dois profissionais disponível para o suporte técnico durante todo o evento;
  - 6.21.2. fornecer dois links de internet, sendo um link para a área comercial e outro para a sala de autoridades;
  - 6.21.3. o link da área comercial deverá cobrir toda a área dos estandes comerciais. No entanto, só deve ser liberado o acesso aos aplicativos e sites de que contemplam os serviços de transações financeiras, ou seja, as máquinas de cartão de crédito e os aplicativos de bancos tanto para os comerciantes quanto para os clientes. O link deve suportar 1.000 (mil) conexões simultâneas;
  - 6.21.4. o link da sala das autoridades terá internet liberada e deve suportar até 200 (duzentas) conexões simultâneas;
- 6.22. O Permissionário deverá disponibilizar mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual e utensílios nas quantidades e qualidades necessárias aos procedimentos relativos ao evento promovendo sua substituição quando necessário;
- 6.23. O Permissionário deverá disponibilizar 3.500 metros de gradil. Que deverá ser distribuídos conforme orientação da Organização do evento.
- 6.24. O Permissionário deverá disponibilizar um palco coberto e gradeado para o locutor com as seguintes dimensões: 1,50m x 4m x 4m.
- 6.25. O Permissionário poderá fazer a divulgação em mídia sociais, após a aprovação do conteúdo pela Comissão Organizadora.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. As quantidades definidas para a presente Permissão de Uso Onerosa, totalizando uma área de 13.321,72 m², foram integralmente extraídas e fundamentadas nas especificações técnicas e medições contidas no **Laudo de Avaliação nº 001/SPI/2026**, emitido em 17 de março de 2026.
- 7.2. As memórias de cálculo por tratamento de fatores, que justificam tecnicamente a homogeneização dos valores para essas quantidades específicas, encontram-se anexas ao Laudo de Avaliação nº 001/SPI/2026, o qual integra o presente processo como documento de suporte à estimativa.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 17.878,30

- 8.1. O valor global da contratação será de R\$ **17.878,30** (dezesete mil, oitocentos e setenta e oito Reais e trinta centavos) definido conforme Laudo de Avaliação.
- 8.2. O valor estimado para a presente contratação refere-se, exclusivamente, à arrecadação de receita patrimonial decorrente da Permissão de Uso a Título Oneroso de áreas da União. Certifica-se que esta operação não gera despesas para a Administração Pública, uma vez que todos os custos de montagem, manutenção e logística do evento "Portões Abertos 2026" serão suportados integralmente pelo PERMISSONÁRIO, que explorará a área comercialmente.
- 8.3. A presente avaliação tem por objetivo a determinação do valor de referência para a permissão de uso de áreas destinadas ao evento Portões Abertos 2026 da BAAN, em estrito cumprimento aos preceitos técnicos da Instrução Normativa SPU/MGI nº 98, de 6 de março de 2025.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A inviabilidade do parcelamento da solução consiste no desinteresse da administração a respeito das áreas a serem utilizadas para a boa execução do evento, desde que se utilizem apenas as áreas disponibilizadas.

9.2. Ainda, a execução do evento por mais de uma empresa planejadora e executora inviabilizaria a coordenação e a fiscalização do cumprimento do contrato no dia do evento. Isso, porque ele exige um organizador tecnicamente capacitado para todos os aspectos do evento. Em caso contrário, a potencial disputa de interesses entre as empresas na hora de assessorar os representantes militares para tomada de decisão deterioraria a capacidade de julgamento desses servidores públicos.

9.3. Sob o prisma econômico, a manutenção do lote único assegura que não ocorra a perda da economia de escala, uma vez que permite ao PERMISSONÁRIO negociar volumes massivos de insumos (tendas, geradores e 90 cabines sanitárias) com fornecedores subcontratados de forma centralizada. Esta modelagem desonera integralmente o erário de investimentos diretos, transferindo os riscos operacionais para a contratada, que os compensará mediante a exploração comercial integrada do evento.

9.4. O mercado de planejamento e promoção de eventos de grande magnitude em Anápolis e região opera tipicamente sob o modelo de gestão por empresas "âncoras", sendo esta a solução mais robusta para acomodar a complexidade técnica e securitária exigida. A decisão de não parcelar está em estrita consonância com as práticas do setor, pois garante que as áreas de alta rentabilidade comercial (praça de alimentação) subsidiem a montagem de estruturas de apoio social e institucional sem fins lucrativos (como fraldários e áreas de exposição estática), assegurando o melhor aproveitamento do objeto.

9.5. A unificação das obrigações em um único permissionário evita potenciais disputas de interesses que poderiam deteriorar a capacidade de assessoramento técnico da Comissão Organizadora perante o Comando da BAAN. Conclui-se que o modelo de lote único é o único capaz de garantir a maximização da arrecadação da receita patrimonial e a efetividade das ações estratégicas de comunicação social da Instituição.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

10.2. Certifica-se que para a presente demanda não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes. O objeto em tela, que consiste na Permissão de Uso Onerosa para o evento "Portões Abertos 2026", será contratado de forma tecnicamente independente, uma vez que o PERMISSONÁRIO assumirá a responsabilidade integral pela provisão de toda a infraestrutura, pessoal e logística necessária.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. O objeto em tela se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações 2026.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Os benefícios a serem alcançados pela administração são:

12.1.1. Eficiência Operacional e Redução de Custos: A contratação de empresa especializada evita que a Administração Pública incorra em custos fixos elevados com a aquisição e manutenção de equipamentos de infraestrutura (tendas, estandes, geradores) que seriam utilizados apenas anualmente. Além disso, desonera o órgão de gastos diretos com contratação de mão de obra específica e encargos trabalhistas sazonais, permitindo que a Base Aérea de Anápolis se beneficie de toda a estrutura técnica, humana e material da contratada

12.1.2. Qualidade Técnica e Mitigação de Riscos: Empresas especializadas no setor de eventos investem constantemente em tecnologias e ferramentas de ponta para garantir a segurança e a eficiência dos serviços prestados. A expertise desses profissionais proporciona uma logística robusta para lidar com imprevistos, reduzindo drasticamente a probabilidade de erros ou atrasos no cronograma de montagem e execução, garantindo que o evento ocorra dentro dos prazos estipulados.

12.1.3. Foco na Atividade Fim e Otimização de Recursos Humanos: Como a empresa terceirizada terá foco exclusivo na organização e promoção do evento, assegura-se maior objetividade e segurança na execução. Destaca-se que a BAAN não possui quadros de pessoal especializados em eventos dessa magnitude, o que inviabiliza o aproveitamento de recursos humanos internos para tais tarefas sem prejuízo das atividades estritamente aeronáuticas e militares.

12.1.4. Fortalecimento da Imagem Institucional e Integração Social: A contratação viabiliza a execução do evento com alto padrão de qualidade, cumprindo as diretrizes do PCA 11-47/2024 e PCA 11-242/2026 no que tange ao fortalecimento da imagem da FAB perante a sociedade. O evento promove a valorização do civismo, integra a comunidade de Anápolis e regiões vizinhas e fomenta o turismo local.

12.1.5. Impacto Social: O evento alcança resultados sociais relevantes por meio da Campanha de Doação de Alimentos e Agasalhos, revertidos para instituições filantrópicas locais. Adicionalmente.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. O PERMISSIONÁRIO será integralmente responsável pela mobilização e montagem de toda a infraestrutura técnica e material necessária, devendo concluir a instalação completa até 24 (vinte e quatro) horas antes do início oficial do evento, em estrita observância ao cronograma estabelecido pela Comissão Organizadora. A desmobilização poderá ter início 01 (uma) hora após o encerramento das atividades, devendo a área ser entregue totalmente limpa e livre de estruturas em até 24 (vinte e quatro) horas, garantindo a integridade do patrimônio da União.

13.2. Disponibilizar melhor gestão documental e celeridade na execução de demandas administrativas e operacionais. Será publicada em Boletim Interno a comissão de fiscalização e recebimento dos serviços a serem licitados ou contratados. Os funcionários, militares ou civis, serão devidamente orientados antes do início dos serviços, quanto aos procedimentos a serem adotados durante o serviço a ser realizado. O cronograma de execução dos serviços será executado conforme previsto para contratação dos serviços.

13.3. A Comissão Organizadora, juntamente com os fiscais (contrato e técnico) deverá reunir previamente com O PERMISSIONÁRIO, para definir linhas de ações sobre o bom andamento e realização do evento.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A empresa deverá seguir as recomendações do decreto nº 10.936 DE 12 DE JANEIRO DE 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólido e a 8ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2025).

14.2. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, DE 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso:

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07 /2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reserva de material para usos futuros;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n.º 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”



14.3. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

14.3.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

14.3.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

14.4. Reforçar aos prestadores de serviço terceirizado a importância da urbanidade e respeito amplo ao público, adotando medidas preventivas para evitar todo e qualquer tipo de discriminação no âmbito da unidade atendida por este contrato.

14.4.1. Observar a Portaria MGI 6719, de 13 de setembro de 2024, que instituiu o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal, suas Autarquias e Fundações.

14.4.2. Desenvolver políticas de enfrentamento do assédio e da discriminação nas relações de trabalho, bem como, na sua gestão, e ações de formação para suas empregadas e empregadores.

14.5. A presente contratação e as medidas de mitigação propostas estão em estrita conformidade com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Organização e o Plano de Contratações Anual, visando a eficiência no uso de recursos e a redução do dano ambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WANDERSON WILLIAN ZORZO**

Membro da Equipe de Planejamento

**LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA**

Ordenadora de Despesas da BAAN

